



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 721/2019/SUPEL-ASSEJUR

**REFERÊNCIA:** PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0036.048179/2019-97

**PROCEDÊNCIA:** EQUIPE DE LICITAÇÃO DELTA/SUPEL.

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 4.744.480,22 (QUATRO MILHÕES, SETECENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL QUATROCENTOS E OITENTA REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS)

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. RECURSOS. ENVIO DE PROPOSTA FORA DO PRAZO. INTERESSE PÚBLICO. PROCEDÊNCIA.

**I**

**INTRODUÇÃO**

1. Trata-se de recursos administrativos interpostos tempestivamente pela recorrente **H3 PHARMA COMERCIO E SERVICOS LTDA (8244000)**, para os itens 07 e 10, com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06.
2. O presente processo foi encaminhado a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.
3. Abrigam os autos o **Pregão Eletrônico nº 114/2019/SUPEL/RO**.

**II**

**ADMISSIBILIDADE**

4. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, haja vista participação no certame, consta pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.
5. **Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso.**

**III**

**DOS RECURSOS DA EMPRESA H3 PHARMA COMERCIO E SERVICOS LTDA (8244000)**

6. A recorrente interpôs recursos com as seguintes intenções:

Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 48, § 3, que diz que quando "todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação", a empresa H3 Pharma Comércio e Serviços Ltda, por força do princípio da economicidade, eficiência e pelo formalismo moderado, vem manifestar intenção de recurso, devido a recusa da proposta por parte da comissão licitatória pelo envio da documentação para o item 7.

Tendo em vista que a Lei Federal nº 8.666/93, Art. 48, § 3, a empresa H3 Pharma Comércio e Serviços Ltda, por força do princípio da economicidade, eficiência e pelo formalismo moderado, manifesta intenção de recurso, devido a recusa da proposta por parte da comissão licitatória pelo envio da documentação para o item 10 fora do prazo concedido, sendo nós os únicos participantes do lote.

7. A irresignação em ambos os recursos são semelhantes, ditando sobre alegada recusa de proposta por parte da comissão licitatória pelo envio da documentação fora do prazo concedido.

8. Informa que no lote 07, a empresa CALL MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS E REPRESENTACAO LTDA foi desclassificada por não atender ao edital, restando apenas a H3 PHARMA COMERCIO E SERVICOS LTDA como empresa passível de atender ao lote 07, bem como ao lote 10, classificada em primeira colocação, atendendo segundo argumenta completamente ao descritivo.

9. Requer nova solicitação de envio de propostas nos lotes 07 e 10.

#### IV

#### **DA DECISÃO DA EQUIPE DE PREGÃO (8283936)**

10. Finda sua análise, a equipe de pregão concluiu da seguinte forma:

- Em cumprimento ao art. 11, inc. VII, do Decreto Estadual nº 12.205/2006, após análise da intenção de recurso manifesta, recebida e conhecida, bem como as Razões Recursais, e com base nas considerações aqui esposadas, à luz dos princípios da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, da eficiência, da competitividade, da razoabilidade, da proporcionalidade, entre outros, bem como visando o objetivo da seleção da proposta mais vantajosa, julga-se pela **PROCEDÊNCIA DOS RECURSOS IMPETRADO PELA LICITANTE H3 PHARMA COMERCIO E SERVICOS LTDA, nos 07 e 10.**

#### V

#### **DA ANÁLISE JURÍDICA**

11. Inicialmente, segundo o pregoeiro, no expediente Exame SUPEL-DELTA (8283936), a desclassificação da recorrente nos itens 07 e 10 ocorreu devido ao envio fora do prazo de sua documentação, na seguinte forma:

No item 07, a convocação para envio de sua proposta de preços se deu às 10:44:34, e o envio somente ocorreu às 13:13:19, com aproximadamente **28 minutos de atraso.**

No item 10 a convocação para envio de sua proposta de preços se deu às 10:44:16 e o envio somente ocorreu às 13:09:02, com aproximadamente **24 minutos de atraso.**

12. Dita o item 7.1.2 do Edital PE 114/2019 SUPEL/RO COM ADENDO (7007251) que: "*O prazo máximo para o envio das propostas e seus anexos de acordo com os itens acima deverá ser de até 120 (cento e vinte) minutos se não for concedido outro prazo no chat de mensagens pelo Pregoeiro*".

13. Conforme consta na Ata do PE 114-2019 (8243220), em ambos os casos, o prazo fixado por este Pregoeiro corretamente o disposto de 120 (cento e vinte) minutos, sendo descumprido pelo recorrente e, finalmente, resultando na desclassificação da empresa.

14. Ponto de interesse a ser mencionado. Conforme pode ser constatado ao examinar a Ata do PE 114-2019 (8243220), dos 13 (treze) Lotes pretendidos, 03 (três) deles foram adjudicados, segundo Termo de Adjudicação - PE 114-2019 (8283804), eis que todos os demais foram cancelados na aceitação pelas razões expostas na Ata do referido Pregão.

15. Há portanto um conflito entre o desatendimento do prazo fixado pelo Pregoeiro, ancorado em item editalício, e a necessidade pública. Neste sentido o Pregoeiro se posicionou no sentido de conhecer do recurso e dar-lhe provimento tendo em vista este ponto. Por óbvio, a Administração Pública detém em seu rol de possibilidades o constricto poder-dever de rever seus próprios atos por meio de anulações ou revogações, neste ultimo

16. Em sede de analogia legal frente a Lei Estadual nº 9.784/1999, o texto normativo do Art. 53 menciona que *"A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos"*. Do ponto de vista regional, a Lei Estadual nº 3.830/2016 que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Rondônia trouxe texto semelhante em seu Art. 14:

Art. 14. A Administração Pública Estadual deve invalidar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e **pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade respeitados os direitos adquiridos, sempre assegurando a ampla defesa e o contraditório.**

17. Esta ponderação foi o grande fator motivador para o pregoeiro, segundo afirma o Exame SUPEL-DELTA (8283936):

*"[...] é preciso ter em vista o interesse público manifesto neste processo administrativo que subsidia o PE 114/2019/SUPEL/RO, sobretudo quando se tem 10 itens, de um total de 13 (treze), cancelados na aceitação por razões diversas, conforme a Ata do Certame. Não é objetivo de nenhum agente público deixar de cumprir com a missão de satisfazer as necessidades da coletividade, sobretudo quando esta necessidade envolve Saúde Pública e a aquisição de medicamentos tão importantes como os desta licitação".*

18. Este conflito entre o atraso na apresentação documental imotivada já foi atacada no Acórdão nº 357/2015-Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), ao ditar sobre o princípio do formalismo moderado dita que acerca do princípio do formalismo moderado, da seguinte forma:

Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do *formalismo moderado*, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o *formalismo* extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

19. **Dito isto**, por falhas formais e sanáveis **não** se considera a inclusão posterior ao tempo permitido no edital do envio da proposta, posto que pensamento monolítico (até o presente momento) do Tribunal de Contas da União menciona esta proibição desde 2007, com o advento dos Acórdãos nº 2652/2007 e 2241/2007, enunciados a seguir:

É proibida a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União**. Acórdão nº 2652/2007. Plenário. Relator: Ministro Benjamin Zymler. Sessão de 05/12/2007. Brasília, DF. 2007. ([Leia na íntegra](#))

Não é aceitável, por quebra da isonomia entre licitantes, a inclusão posterior de documentação relativa a especificações, que deveria constar originalmente da proposta.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União**. Acórdão nº 2241/2007. Plenário. Relator: Ministro Marcos Vinícios Vilaça. Sessão de 24/10/2007. Brasília, DF, 2007. ([Leia na íntegra](#))

20. Devido a clara violação do item 7.1.2 do "Edital PE 114/2019 SUPEL/RO COM ADENDO (7007251)", conforme própria confissão de atraso por parte da licitante em sua arguição, não é possível realizar aceitação dos documentos da proposta, haja vista que tal ação resultaria em **quebra objetiva** do princípio da isonomia.

21. Ponto de contenda no presente processo: houve pouca participação de licitantes interessados. Tal ação gerou grande disparidade entre os valores das empresas classificadas. A título de exemplo prático, consta a seguir a tabela de participantes do item 7 (um dos pontos de discussão do presente recurso):

**Item: 7 - Lenco de Tecido**

**Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.  
(As propostas com \* na frente foram desclassificadas pelo pregoeiro)

CNPJ/CPF	Fornecedor	Porte ME/EPP	Declaração ME/EPP/COOP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
05.106.015/0001-52	CALL MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS E REPRESENTACAO LTDA	Não	Não	6.960	R\$ 100,0000	R\$ 696.000,0000	08/08/2019 17:55:07
<b>Marca:</b> OMNIPAQUE <b>Fabricante:</b> GE HEALTHCARE (SHANGAI) CO. LTD. - ZHANGJIANG HI-T <b>Modelo / Versão:</b> FRASCO <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> CONTRASTE RADIOLOGICO 300 MG I/ML SOL INJ CT FR PLAS TRANS X 100 ML - REG ANVISA 1839600010051 E CBPFC - FABRICADO POR GE HEALTHCARE (SHANGAI) CO. LTD. - ZHANGJIANG HI-TECH PARK - NEWTON ROAD - CHINA, REPÚBLICA POPULAR - PROC ESTRANGEIRA - DECLARO ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DO EDITAL E SEUS ANEXOS							
26.643.172/0001-77	H3 PHARMA COMERCIO E SERVICOS LTDA	Sim	Sim	6.960	R\$ 223,0000	R\$ 1.552.080,0000	26/07/2019 08:37:19
<b>Marca:</b> BRACCO <b>Fabricante:</b> PATHEON ITALIA <b>Modelo / Versão:</b> 300MG/100ML <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> IOPAMIDOL 612MG/ML ( 300 MG EM IODO) SOL. INJ. FRASCO/AMPOLA 100 ML							

**Lances** (Obs: lances com \* na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 1.552.080,0000	26.643.172/0001-77	09/08/2019 09:01:43:127
R\$ 696.000,0000	05.106.015/0001-52	09/08/2019 09:01:43:127

22. Como pode ser visto pelo espelho acima, existe discrepância de R\$ 856.080,00 (oitocentos e cinquenta e seis mil oitenta reais) entre a primeira e segunda colocada. A primeira colocada foi desclassificada sob alegação de não atendimento do objeto, ao passo que a segunda colocada foi desclassificada por atraso no envio da proposta, entrando por conseguinte com o presente recurso. Tamanho valor não pode ser tomado em desvencilhamento. Este montante possui grande importância para os cofres públicos e, no caso concreto, deve ser analisado com minúcia a fim de garantir que a Administração Pública cumpra o Princípio da Eficiência.

23. Trata-se portanto de ponderação se a repetição dos itens fracassados não seria a melhor saída para buscar mais competidores e, conseqüentemente, maior vantajosidade, em detrimento de pagar centenas de milhares de reais em um produto que pode, eventualmente, ser adquirido por montante muito inferior, gerando economia aos cofres públicos e dando ensejo a outras aquisições para a Saúde do Estado.

24. Desta forma, entende-se que neste caso específico, o presente processo deve ser decidido de forma diversa do sugerido pelo pregoeiro, sendo o recurso CONHECIDO e no mérito julgado IMPROCEDENTE, uma vez que no presente caso, apesar de toda a urgência dos presentes equipamentos médicos, não se pode afastar a regra do edital.

## **VI** **CONCLUSÃO**

25. Ante o exposto, esta Procuradoria sedimenta entendimento pelo conhecimento dos recursos e pela manutenção da decisão do pregoeiro julgando da seguinte forma:

- pela **REFORMA** da decisão do pregoeiro no sentido de **CONHECER** do recurso, por ser tempestivo, e no mérito, julgá-lo **IMPROCEDENTE**, pelo descumprimento da recorrente ao item 7.1.2 do Edital, bem como evitar quebra dos princípios da isonomia e economicidade tendo em vista a baixíssima participação que mitigou a competitividade e, por consequência, a vantajosidade da disputa de preços.

26. Esta decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93 e no Parecer Técnico emitido pelo setor competente, que garantem a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

27. Esta opinião será submetida à aprovação ao Procurador Geral do Estado diante da autorização contida no artigo 11, inciso V, da Lei Complementar nº 620/2011 concomitante artigo 8º, §3º da Resolução nº 08/2019/PGE-GAB, da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia - Edição 126 - 11 de julho de 2019 - Porto Velho/RO (6876905).

28. Oportunamente, submeter-se-á o presente despacho, do art. 109, § 4.º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

**André Ricardo Voidelo**  
Assessor Especial de Licitações

**Cátia Marina Belletti de Brito**  
Chefe do Setor Jurídico / SUPEL

**Lauro Lúcio Lacerda**  
Procurador do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Lauro Lucio Lacerda, Procurador do Estado**, em 14/01/2020, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juraci Jorge da Silva, Procurador(a)**, em 24/03/2020, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Ricardo Voidelo, Assessor(a)**, em 25/03/2020, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Catia Marina Belletti, Chefe de Unidade**, em 26/03/2020, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **8835567** e o código CRC **3101B157**.

